

## A IMPORTÂNCIA POLÍTICA DO CACIQUE XICÃO PARA MOBILIZAÇÕES DOS INDÍGENAS NA REGIÃO NORDESTE DO BRASIL<sup>1</sup>

Flavio Joselino Benites <sup>2</sup>

**Resumo:** O artigo discute a importância política de Francisco de Assis Araújo, mais conhecido como Cacique “Xicão” Xukuru, nas mobilizações por direitos na Assembleia Constituinte de 1987-88. Reverberou como fato decisivo para as retomadas do território na década de 1990 para o povo indígena Xukuru do Ororubá, habitantes em Pesqueira (PE) e Poção (PE). Utilizamos a metodologia bibliográfica com os estudos mais significativos em História e Antropologia acerca do tema, cotejando com outras fontes como jornais, entrevistas e documentos oficiais, entre outros. As ações políticas de Xicão foram muito importantes para seu próprio povo, e também para o fortalecimento das mobilizações dos povos indígenas situados na Região Nordeste do Brasil, evidenciando assim os protagonismos indígenas na História.

**Palavras-chave:** Política; Xicão Xukuru; Índios no Nordeste; Protagonismo Indígena.

### THE POLITICAL IMPORTANCE OF CHIEF XICÃO FOR INDIGENOUS MOBILIZATION IN THE NORTHEAST REGION OF BRAZIL

**Abstract:** The article discusses the political importance of Francisco de Assis Araújo, better known as Chief “Xicão” Xukuru in the mobilizations for rights in the Constituent Assembly of 1987/88. It had repercussions as a decisive situation for the repossession of the territory in the 1990s for the Xukuru indigenous people of Ororubá, inhabitants of Pesqueira (PE) and Poção (PE). We use the bibliographic methodology with the most significant studies in History and Anthropology on the subject, collating with other sources, such as newspapers, interviews, and official documents. The political actions of Xicão were very important for his own people, as well as for strengthening the mobilizations of indigenous peoples located in the Northeast region of Brazil, highlighting indigenous agencies in History.

**Keywords:** Policy; Xicão Xukuru; Indians in the Northeast; Indigenous protagonism.

---

<sup>1</sup> O artigo em questão foi adequado para publicação, sendo, originalmente, parte da pesquisa de mestrado do autor em História no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande (PPGH-UFCG), defendida em setembro de 2021, sob orientação do Prof. Dr. Edson Hely Silva.

<sup>2</sup> Mestre em História pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande.

E-mail: flaviojbenites@gmail.com

## INTRODUÇÃO

As diferentes dimensões e significados acerca da compreensão de ser índio no Brasil dizem respeito a indivíduos e coletividades participantes de um processo histórico e dinâmico, resultado de negociação, conflito, mobilizações e resistência sociocultural. Nesse sentido, os indígenas conviveram e convivem em um contexto multiétnico, com interações contínuas. Essas relações são e foram muitas vezes convergentes, porém em outras situações se deram de modo conflituoso com a sociedade com a qual estão envolvidos e, também, entre si.

Em face das dinâmicas históricas dos povos indígenas, a atual região Nordeste do Brasil é um dos locais mais antigos da colonização portuguesa. Entretanto, com o processo de contatos entre colonos e os povos nativos na região, ocorre a convivência há mais de cinco séculos. Essas relações de longa data entre indígenas e não-indígenas resultaram em diversas narrativas acerca desses povos; uma das mais nefastas é a ênfase na perda da identidade indígena. Essa questão, portanto, esteve relacionada aos esbulhos dos territórios habitados.

Nesse sentido, compreender o modo como esses paradigmas, narrativas e imagens de “perdas culturais” sobre os índios no Nordeste foram construídos e incorporados na visão social possibilita-nos desconstruir diversos preconceitos e estereótipos em relação à possibilidade de existência de indígenas na região.

A abordagem acerca dos índios no Nordeste<sup>3</sup> e a importância do Cacique Xicão será na perspectiva da “nova história indígena”, para, de certo modo, apresentar novas chaves de leitura, a fim de se desfazer o conjunto de lugares-comuns construídos em um longo período. Assim, as visões instauradas pelo senso comum destituíram de contemporaneidade os povos indígenas habitantes da região quando lhes negaram a identidade e a diversidade sociocultural, afirmando não serem índios e sim “caboclos”, e, logo, legitimando o esbulho do território.

---

<sup>3</sup> A expressão “índios do Nordeste” diz respeito a uma unidade, ou seja, a um “conjunto étnico e histórico” integrado pelos diversos povos indígenas, adaptativamente relacionados ao Bioma Caatinga e historicamente associados às frentes pastoris e ao padrão missionário dos séculos XVII e XVIII. A unidade “índios do Nordeste” se dá, não por suas instituições, nem por sua história, ou por conexões com o meio ambiente, mas por pertencer ao Nordeste, enquanto conglomerado geográfico e histórico. Assim, o discurso teórico e interpretativos sobre os povos nessa Região foram delimitados dentro de uma moldura com caráter regional e particularizante (OLIVEIRA, 1998, pp. 51-52).

O Cacique Xicão é do povo Xukuru de Ororubá que, atualmente, habita a região Nordeste do Brasil, onde os povos indígenas cada vez mais vêm ocupando o cenário sociopolítico regional, e, por meio de suas mobilizações, questionando as visões tradicionais, as quais sustentavam sua inexistência, sua extinção ou, ainda, seu gradual desaparecimento. As mobilizações dos índios no Nordeste durante um longo período, e até recentemente, não foram consideradas nas reflexões históricas, antropológicas e das Ciências Humanas e Sociais em geral. O fato foi possível porque partiram de uma visão baseada em concepções da “aculturação” ou “mestiçagem” após a extinção oficial dos aldeamentos indígenas iniciada partir de meados do século XIX (SILVA, 2017).

Por conseguinte, quando destacamos as ações dos índios no Nordeste, com ênfase na importância política do Cacique Xicão, evidenciamos que esses indivíduos foram atores sociopolíticos da própria história. Essa é uma contraposição a uma visão predominante de longa data na historiografia brasileira que considerava os indígenas apenas como “vítimas” de um sistema global de colonização, “vítimas” de políticas e de práticas que os destruíram. Assim, essas circunstâncias desembocaram em um resultado paradoxal com duas consequências para os indígenas no Nordeste: a primeira consagrando a narrativa sobre a eliminação dos índios, e a segunda pensando-os como sujeitos passivos, negando-os como sujeitos históricos (CUNHA, 2012, p. 22).

Entretanto, quando destacamos a importância política de Xicão, referimo-nos ao entendimento estrito de política, ou seja: conforme atividade destinada a governar ou influir indiretamente no poder político, no centro político de direção e controle do conjunto da sociedade (CRUZ, 2002, p. 56). Os recursos de Xicão estavam em seu carisma (WEBER, 1991), capacidade de mobilizar e coragem de agir em situações estrategicamente importantes.

## O TERRITÓRIO, O DESENVOLVIMENTO DO CACICADO DOS XUKURU E A LIDERANÇA DE XICÃO

A terra para os povos indígenas tem uma importância fundamental, não apenas para a consagração de direitos, mas porque o território é o local onde se desenvolve o modo de vida nas esferas econômica e política, e nas dimensões religiosa e sociocultural. Como bem apontou Gersem Baniwa (2006), o território é compreendido como condição

para a vida dos povos indígenas. Dessa forma, a terra não tem um mero valor material ou local para a produção ou exploração, mas se trata de um ambiente onde se desenvolve todas as formas de vida.

O território é compreendido como o conjunto de seres, espíritos, bens, valores, conhecimentos e tradições, possibilitando para os povos indígenas o sentido da vida individual e coletiva. Também compreendem a terra como um espaço de resistência dos chamados povos tradicionais; o tema unifica, mobiliza e articula os povos indígenas em uma causa comum em defesa dos territórios habitados (LUCIANO, 2006, p. 101).

Para o povo indígena Xukuru do Ororubá, a retomada do território tradicional no início dos anos 90 ocorreu em estreita relação com a liderança exercida por Francisco de Assis Araújo, o Cacique Xicão. Devido à sua atuação política e à sua capacidade de mobilizar o povo Xukuru do Ororubá, ele possibilitou a retomada das terras esbulhadas por fazendeiros na região da Serra do Ororubá, entre os municípios de Pesqueira e Poção, localidade que habitam.

A liderança indígena se tornou central no período, não somente para os Xukuru do Ororubá, mas para outros povos indígenas na região Nordeste e no Brasil, conseguindo reunir várias forças no território. Xicão, o “Mandaru” como é chamado pelos Xukuru do Ororubá, foi assassinado de forma brutal em 1998, devido às ações políticas na retomada das terras. Ele atuou de modo emblemático para o exercício do direito do seu povo (SILVA, 2007, p. 10).

Xicão nasceu em março 1950 Francisco de Assis Araújo, no então Sítio Cana Brava, atualmente Aldeia Cana Brava, no território Xukuru do Ororubá. Filho de Cícero Pereira de Araújo e Quitéria Maria de Araújo, Xicão viveu a infância em um pequeno pedaço de terra de propriedade da família e estudou na escola somente até a antiga 4ª série primária. Na época, quem desejasse continuar aos estudos se deslocava para o município de Pesqueira, porque na escola do sítio só tinha o ensino primário (WELLEN, 2002, p. 36-37).



Figura 1. Aldeia Cana Brava. Local onde se concentrava o maior número de famílias indígenas com pequenas glebas de terras. Origem familiar dos Caciques.

Xicão casou-se em 1970 com Zenilda Maria de Araújo e juntos tiveram oito filhos. Em 1975, com a intenção de trabalhar como caminhoneiro, Xicão viajou para São Paulo. A vida na capital paulistana não foi fácil; era raro quando alguém conseguia um bom emprego e salário. Enquanto tentava a vida como motorista de caminhão, Xicão ficou doente e os médicos diagnosticaram impossibilidade de cura. Com uma úlcera no duodeno, retornou à terra natal, onde começou a participar das mobilizações com os Xukuru do Ororubá (OLIVEIRA, 2018; WELLEN, 2002, p. 119-120).

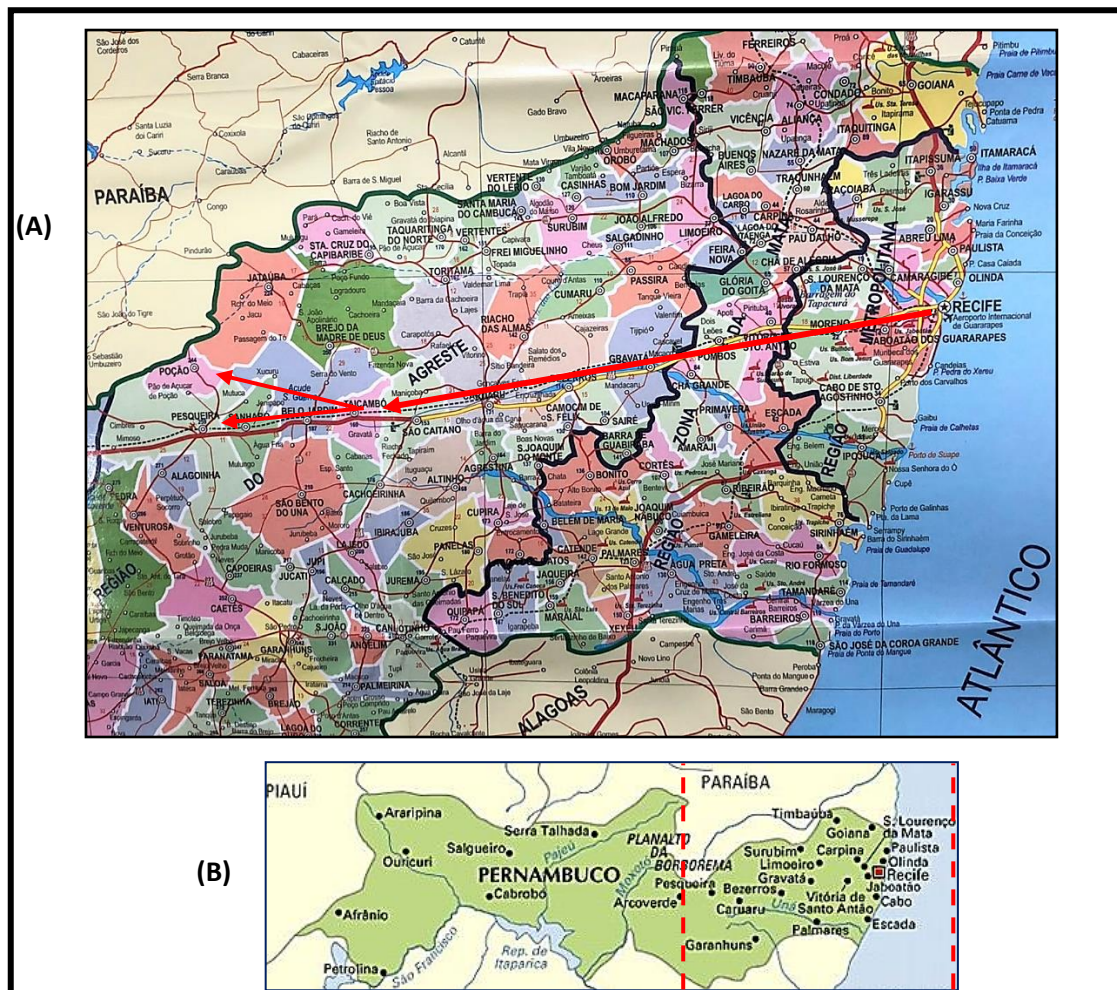


Figura 2. Acima (A) mapa de parte do estado de Pernambuco destacado a seta da capital Recife em direção aos municípios de Pesqueira e Poção região onde está localizado o povo indígena Xukuru do Ororubá. Logo abaixo (B) mapa integral do estado de Pernambuco destacado com as linhas pontilhadas o recorte acima (A). Fonte: Mapa do estado de Pernambuco: político; rodoviário; turístico; estatístico. Edição atualizada. Multimapas, s/d.

Na região Nordeste, os indígenas vivenciaram dois processos de territorialização<sup>4</sup> com características bem distintas entre si. O primeiro, na segunda metade do século XVII, com missões religiosas, quando famílias de nativos de diferentes línguas e expressões socioculturais foram agrupados nos aldeamentos, promovendo o sedentarismo e o catecismo dos indígenas. O segundo processo ocorreu nas primeiras décadas do século XX, quando o governo de Pernambuco reconheceu as terras doadas ao antigo aldeamento missionário de Ipanema em Águas Belas para os “descendentes” dos Carnijós, atuais Fulni-ô, repassando-as à administração do órgão indigenista até os indígenas serem integrados e, posteriormente, serem liberados dessa tutela. O processo de territorialização operou como um mecanismo de assimilação, promovendo de forma compulsória o exercício do paternalismo e da tutela estatal (BEZERRA, 2020; OLIVEIRA, 2004, pp. 24-27).

Nessa perspectiva, o órgão indigenista oficial deliberava os critérios da “indianidade” dos povos indígenas no segundo processo de territorialização. A organização estatal executava ações relacionadas aos povos indígenas em todo Brasil. Dentre essas ações, deu-se o modelo de organizações políticas entre os índios no Nordeste, pois, em quase todos os povos, foram inclusos três papéis diferenciados: Cacique, Pajé e Conselheiro, tomados como “tradicionais” e “autenticamente” indígenas. A indicação dos ocupantes desses papéis era realizada pelo agente indigenista, o chefe local dos Postos Indígenas<sup>5</sup> (OLIVEIRA, 2004, p. 27); com os Xukuru do Ororubá não foi muito diferente.

---

<sup>4</sup> A territorialização deve ser compreendida como um processo de reorganização social do grupos humanos fundamentada em 4 etapas: 1) quando um grupo cria uma nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora aos demais grupos; 2) quando um grupo se apropria de constituição de mecanismos políticos especializados; 3) quando o grupo redefine o controle social sobre os recursos ambientais e por fim, 4) quando ocorre a reelaboração da cultura e da relação com o passado do grupo (OLIVEIRA, 1998, p. 55). Assim, como os indígenas na Região Nordeste passaram por esse processo durante os cinco séculos de contato com os não índios.

<sup>5</sup> Depois de alguns anos de investimento na construção de Postos Indígenas PI, o Serviço de Proteção aos Índios SPI o órgão foi criando, ou melhor, recriando a necessidade de documentar todas as suas ações. O importante era registrar tudo, seja no formato de relatório, telegrama ou carta. Assim, as Inspetorias

Pensar a figura do Cacique na perspectiva da territorialização contribui para compreender como os índios são agentes da própria história, agindo politicamente de acordo com seus interesses, muitas vezes subvertendo a lógica “vinda de fora”. Assim, analisamos o uso do cacicado pelos Xukuru do Ororubá a partir do processo de territorialização. Define-se como um processo de “reorganização social” com características bem definidas: as implicações na criação de uma nova unidade sociocultural mediante uma identidade étnica diferenciadora; a constituição de mecanismos políticos especializados; a redefinição do controle social e os recursos do ambiente e, por fim, a reelaboração da cultura e da relação com o passado (OLIVEIRA, 1998, p. 55).

Nesse contexto, a partir dos anos 1940 e durante a década de 1950, o Serviço de Proteção aos Índios (SPI)<sup>6</sup> ampliou a sua atuação no Nordeste; criou novos Postos Indígenas (PI), e atendeu à demanda de vários grupos étnicos mobilizados que reivindicaram o reconhecimento oficial enquanto povo indígena e a retomada de suas terras (SILVA, 2017, p. 258).

No órgão indigenista, os agentes da 4ª Inspeção Regional (IR4) do SPI no Nordeste, para justificar as instalações dos Postos Indígenas, realizavam pesquisas de caráter documental em arquivos e bibliotecas, a fim de comprovar a ocupação histórica dos grupos indígenas nas terras de antigos aldeamentos. Portanto, na lógica dos agentes do SPI, além de se apresentarem como os redutores dos últimos “remanescentes” indígenas, estavam convencidos de que os índios eram vítimas indefesas e precisavam ser protegidas e assistidas, para que um dia pudessem ter uma convivência pacífica com os “civilizados” não-índios (SILVA, 2017, p. 258-259).

---

Regionais IR, ficavam responsáveis pelos PI. A IR era a responsável por reunir todas as informações em nível regional dos Postos Indígenas, e enviar à Diretoria do SPI, localizada no Rio de Janeiro, principalmente, em formato de relatório. Portanto, os encarregados e auxiliares tinham o dever de informar todos os ocorridos no interior dos postos, espaços estes, por sua vez, estavam geograficamente muito distantes do centro gestor e regulador dessa política. Com a documentação dessas ações, o governo, através do SPI, construiu uma engrenagem de controle para ter conhecimento do que estava sendo realizado nos rincões do Brasil (ARRUDA, 2015).

<sup>6</sup> O Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais SPILTNI criado a partir das redes sociais vinculando os integrantes do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio/MAIC, do Apostolado Positivista e do Museu Nacional. E desde a criação em 1906, o MAIC previa a instituição de um serviço para catequese e civilização dos índios para integrá-los a sociedade (OLIVEIRA; FREIRE, 2006, p. 112). Em 1910 o órgão passou a ser chamado SPI.

As relações dos Xukuru do Ororubá com o SPI, entre os anos de 1949 e o início da década de 1950, foram intensificadas do ponto de vista do assistencialismo. De Recife, a IR4 despachou, em nome do índio Luiz Romão, enxadas destinadas aos índios Xukuru do Ororubá (SILVA, 2017, p. 252).

O “Posto Indígena Xukuru” foi instalado em fins de 1954 e a fundação ocorreu, em grande parte, graças à mobilização dos próprios indígenas. Portanto, dentre as principais ações realizadas, os Xukuru do Ororubá relataram que a instalação do Posto do SPI foi resultado da viagem dos irmãos Nascimento ao Rio de Janeiro; eles se deslocaram a pé para falar com o Marechal Rondon e o Presidente Vargas. Partiram de Pesqueira em 1º de outubro de 1953 e, depois de três meses de viagem, chegaram ao Rio de Janeiro (SILVA, 2017).

Como relatou o indígena Durval Ferreira Farias sobre o ocorrido:

Quando foi à noite tavam eles em Jacarepaguá. O Cândido Mariano Rondon morava lá. Aí ele entregou a ele. Ele chorou. Eles me contaram tudo, os que foram. Aí chorou muito. “— Vou levantar Getúlio Vargas. Vou telefonar pra Getúlio Vargas”. Aí telefonou. Aí Getúlio Vargas disse: “— Mande eles aqui. Mande eles aqui”. Quando foi com dois dias, mandaram ajeitar eles. Mandou ajeitar roupa pra eles, tudinho, e levaram aqueles homens, com os pés todo ferido de andar de pés. Foram de pés. Passaram 90 dias de viagem! Aí chegaram lá eles receberam bem. Passaram 15 dias sendo entrevistado lá. Nesse entremeio as mulheres deles: “— Sinhô, ei vinha aqui. Passava aqui, “Meu marido mataram”. “As notícias é que mataram”. Aí eu vi dizer aqui, um parente meu era escrivão aí, da polícia, e disse: “— Vão matar os índios quando chegarem”. Aí eu fui a Recife, falei com esse advogado, ele chegou e comunicou direto pra Cândido Rondon. Disse: “Tragam uma ordenança, garantindo os três caboclos, que não vão matar quando chegarem, porque foram enredar dos brancos”. Quando deu fé, chegaram. Coronel Zé Guedes chegou com esses índios. Foram lá no Recife... Vieram de navio do Rio de Janeiro prá cá (*apud* SILVA, 2017, pp. 275-276).

Na perspectiva da organização política, a existência de um Cacique reconhecido oficialmente entre o povo Xukuru do Ororubá esteve por muito tempo vinculada às relações institucionais com o Serviço de Proteção aos Índios, após a criação de um Posto Indígena (PI) na Serra do Ororubá. O PI proporcionou a conquista do reconhecimento enquanto índios e o direito à assistência oficial pelo órgão indigenista, além de amenizar as perseguições dos fazendeiros, invasores nas terras do antigo aldeamento, uma vez que o SPI regulava as relações de trabalho (SILVA, 2017, p. 238).



Instalado o Posto Indígena Xukuru, foi adquirida uma gleba de terras das que pertenciam ao Posto, logo “terra indígena”, como afirmou o Pajé “Zequinha”:

Inclusive que em São José, hoje ninguém vai mais atrás porque lá tudo é índio, mas era 14 hectares e hoje se tem três hectares já é muito! Porque tomaram conta, o cara mesmo abriu mão para os brancos. Os brancos tomaram conta, mas hoje tá tudo nas mãos dos índios. Mas fizeram isso ia apertando pouquinho, o Posto era muita terra e ficou desse tamanho (*apud* SILVA, 2017, p. 282).

O PI tinha como objetivo estimular a agricultura: os indígenas produziram e venderiam os produtos cultivados, e o dinheiro seria destinado para a manutenção do grupo étnico. O SPI tinha instituído a figura do Cacique como intermediário entre o órgão oficial do Estado junto aos indígenas – portanto, ele seria o responsável por organizar e distribuir bens enviados para os índios, como alimentos, remédio, ferramentas para agricultura, entre outros. (OLIVEIRA, 2014, pp. 74-80).

O primeiro Cacique “oficial” Xukuru chamava-se Jardelino Pereira de Araújo, nomeado pelo SPI no início da década de 1960 para estabelecer entre os índios o modelo de ordenamento político que vigorava em outros povos do Brasil atendidos pelo órgão indigenista.

Selecionar um representante Xukuru como um intermediário teve também motivações políticas do governo federal, tendo em vista que na época ocorriam as mobilizações das Ligas Camponesas na região, entre 1955 e 1964, em defesa da população rural para obtenção de terras. A experiência do primeiro cacicado exercido por Jardelino não foi pautada por uma força representativa coletiva, e o mesmo ocorreu com o segundo Cacique, Antero Pereira de Araújo, irmão de Jardelino. Antero recebeu o título de Cacique porque o irmão adoeceu na década de 1970, morava no então Sítio Cana Brava e anualmente organizava o ritual religioso do Toré,<sup>7</sup> quando indígenas seguiam para o então vilarejo de Cimbres em datas específicas.

---

<sup>7</sup>O Toré é um aspecto fundamental no sistema cosmológico Xukuru do Ororubá, o significado é polissêmico, pois em alguns momentos, o Toré é um ritual; em outros, uma brincadeira, ou ainda uma dança que integra o ritual. Também dançar o Toré possibilitou a reunião em encontros festivos, com o significado de promover continuidade de rituais, o Toré configurou-se como afirmação da identidade indígena e os direitos à terra, porque houve tempos em que o Toré foi perseguido e proibido por fazendeiros que haviam esbulhados a terra dos Xukuru do Ororubá (SILVA, 2011, p. 190).



Figura 3. Toré na Vila de Cimbres, 2005. Foto Edson Silva.<sup>8</sup>



Figura 4. Toré Vila de Cimbres. Foto: Laércio Assis, 1998.

Passou pelo crivo do SPI a legitimação do cacicado com o objetivo de manter o controle sobre os índios. Antero Pereira exercia a mesma função de distribuição dos objetos recebidos do SPI, com a diferença de residir entre os Xukuru. Ele passou a trabalhar na distribuição dos materiais somente para este povo, e não mais para os outros povos em Pernambuco como fazia o irmão (OLIVEIRA, 2014, p. 82).

Poucos anos depois de assumir o cacicado, Antero Pereira faleceu, deixando os Xukuru por um certo período sem a representação de um Cacique. A morte do Cacique não teve grande repercussão devido à sua baixa representatividade enquanto líder. Nesse vácuo de poder, o Pajé,<sup>9</sup> o líder religioso Pedro Rodrigues Bispo, conhecido como “Seu Zequinha”, se automeiou como liderança maior dos Xukuru, utilizando o poder religioso e prestígio reconhecido no então Sítio Cana Brava, nos rituais de cura e na religião Xukuru.

Portanto, com o prestígio político e credibilidade como líder religioso, apresentou o novo Cacique, José Pereira de Araújo, o “Zé Pereira”, junto à Fundação Nacional do Índio (FUNAI), não somente para gerenciar questões do povo Xukuru, mas para reaver as terras dos indígenas. Porém, com a falta de apoio, não ocorreram mobilizações mais intensas para uma retomada das terras, pois havia temor de Zé Pereira e o envolvimento do Cacique indicado em situações questionáveis (OLIVEIRA, 2014, pp. 82-83).

<sup>8</sup> Os Brasis e suas memórias. Biografia Povo Xukuru do Ororubá. Edson Silva.

Disponível em: <https://osbrasisesuasmemorias.com.br/povo-xukuru-do-ororuba/> Acesso em: 30 ago. 2021.

<sup>9</sup> O Pajé “Seu Zequinha”, sendo o responsável não só pelas curas, mas também pela representação do ritual, surgiu como uma das peças fundamentais com as articulações políticas no processo de constituição e consolidação de lideranças atuantes pela recuperação do território Xukuru do Ororubá. Em entrevista, “Seu Zequinha” afirmou que além de ter ajudado na escolha do novo Cacique, também foi várias vezes ao Recife se informar como poderia reaver o território esbulhado (OLIVEIRA, 2014, p. 83).

A oficialização de Zé Pereira como Cacique não envolveu nenhum problema burocrático para legitimá-lo ao cargo. O escolhido se deslocou com o Pajé, Seu Zequinha, até a sede da FUNAI, e informou sua liderança enquanto Cacique, recebendo um documento que o legitimava na função e oficializando o ato pelo órgão tutor dos indígenas. Assim, Zé Pereira, no papel de Cacique, passou a fazer a distribuição de alimentos, sementes e ferramentas destinadas aos Xukuru do Ororubá, além de ser o responsável por organizar uma vez por ano as comemorações festivas religiosas de Nossa Senhora das Montanhas<sup>10</sup> na igreja de Cimbres. O Toré foi o trabalho de maior relevância executado pelo Cacique na época, porque a partir do ritual mantinha-se a tradição, identidade e unidade comum entre os Xukuru do Ororubá (OLIVEIRA, 2014, p. 86).

O Toré, nessa conjuntura da organização sociopolítica dos Xukuru do Ororubá, possibilitou ocasiões de encontros festivos e continuidade do ritual religioso, e também a afirmação de uma identidade indígena expressa na memória coletiva (SILVA, 2017, p. 175). O Toré, como memórias ancestrais dos Xukuru do Ororubá, possibilitou formar um sentimento de unidade, pois:

Não basta reconstituir pedaço a pedaço a imagem de um acontecimento passado para obter uma lembrança. E preciso que esta reconstrução funcione a partir de dados ou de noções comuns que estejam em nosso espírito e também no dos outros, porque elas estão sempre passando destes para aquele e vice-versa, o que será possível somente se tiverem feito parte e continuarem fazendo parte de uma mesma sociedade, de um mesmo grupo. Somente assim podemos compreender que uma lembrança seja ao mesmo tempo reconhecida e reconstruída (HALBWACHS, 2006, p. 39).

A partir do processo de territorialização, o órgão indígena considerou o Toré como expressão sociocultural, qualificando os Xukuru do Ororubá como índios. Assim, o povo indígena incorporou o Toré para diversas ocasiões, não só como um símbolo de unidade e identidade, mas como uma tradição Xukuru do Ororubá para afirmação e diferenciação de outros povos.

Essa tradição, pensada como uma discussão da “tradição inventada” e descrita como um conjunto de práticas, normalmente orientadas por regras veladas ou

---

<sup>10</sup>A data comemorativa é 2 de julho, quando os Xukuru do Ororubá celebram os festejos de “Nossa Mãe Tamain”, para os católicos romanos “Nossa Senhora das Montanhas” (SILVA, 2017, p. 34).

abertamente aceitas, tem como característica a sua natureza ritualista ou simbólica. Seu objetivo é inculcar determinados valores e normas de comportamento por meio da repetição, implicando automaticamente na promoção de uma continuidade do passado por determinado grupo social (HOBSBAWM e RANGER, 2018, p. 8). Ou seja, os Xukuru do Ororubá elaboraram estratégias para afirmar a sua organização sociopolítica mediante as regras impostas pelo órgão do Estado.

Nesse sentido, o contexto do surgimento dos caciques contribui para compreender as diferenças entre a atuação de Xicão como liderança Xukuru do Ororubá em contraposição aos outros indígenas ocupantes do mesmo cargo. Uma das principais diferenças foi o modo como Xicão relacionou-se com o órgão indigenista anterior à sua liderança. Antes de Xicão, vigorava a prática assistencialista do SPI e, posteriormente, da FUNAI, com uma aparência de conformismo na situação vivenciada pelos indígenas. Não ocorrera uma ação mais combativa e de reivindicações de direitos por parte dos caciques representantes do povo Xukuru anteriores a Xicão.

Sobre o cotidiano indígena, muitos deles na época viviam do trabalho na roça e também no sistema de arrendamento, no qual fazendeiros invasores arrendavam aos indígenas parte das terras para plantarem milho e feijão. Dessa forma, os indígenas tinham a obrigação de pagar pelo uso da terra em posse do fazendeiro a quantia de 4 sacas de milho, com o dever de plantar capim e, logo ao fim da colheita, a terra era destinada ao gado.

A situação de exploração se agravou em 1987 quando os fazendeiros ampliaram as áreas de plantio de capim para o gado, diminuindo ainda mais as terras utilizadas para o plantio agrícola destinado ao consumo pelos indígenas. No mesmo período, circulava a notícia de que índios na região Norte do Brasil estavam mobilizados, reivindicando os territórios após o início da “abertura política”<sup>11</sup>.

O cenário político nacional era pautado pelas mobilizações de parte da sociedade pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita, e campanha pelas “Diretas Já!” entre 1983 e 1984, demandando o direito de eleições para Presidente da República. Na sequência ocorreu

---

<sup>11</sup> Em meados de 1983, depois da derrota parcial e confusa do governo nas eleições de novembro de 1982 e depois do aprofundamento da crise econômica brasileira nos quadros da crise financeira internacional desencadeada a partir de setembro de 1982, o regime político tecnoburocrático-capitalista implantado no Brasil em 1964, vivia um momento de aprofundamento da sua própria crise e de impasse político (BREISSER-PEREIRA, 1983, p. 5).

a campanha nacional pró-Assembleia Nacional Constituinte, construindo as bases dos debates para elaboração de uma nova Constituição.

Assim, nesse processo de transição sociopolítica, o país vivia um momento peculiar, caracterizado por uma ampla participação social. Apesar da derrota do projeto das “Diretas Já”, as manifestações populares realizadas tanto pela Anistia como pelas eleições presidenciais foram muito intensas, principalmente por mobilizarem organizações populares em favor da redemocratização, de forma que estes temas voltaram a ser assunto anos depois e foram discutidos na Assembleia Nacional Constituinte entre 1987 e 1988 (DUARTE, 2017, p. 36).

No contexto da região Nordeste, durante a organização das mobilizações, outros povos indígenas entraram em contato com os Xukuru do Ororubá e, sobretudo com o apoio considerável do Conselho Indigenista Missionário (CIMI)<sup>12</sup>, atuaram junto aos índios no Nordeste. Em um novo período no processo de organização para os povos indígenas no Nordeste, o Cacique Zé Pereira estava sendo incitado pelo Pajé a participar do acontecimento a fim de reaver o território, iniciando uma nova fase política para os Xukuru do Ororubá (OLIVEIRA, 2014, pp. 88-89).

O período após 1985 pode ser considerado como o momento de maturação da organização política interna dos Xukuru do Ororubá, porque anteriormente a relação do povo indígena com os órgãos indigenistas era marcada pela dependência de um auxílio precário oferecido pelo Estado – através da SPI por um tempo e depois pela FUNAI – nas áreas de saúde, educação e subsistência econômica.

O destino de Xicão como líder Xukuru do Ororubá começou a tomar forma no início dos anos 1980. Ao retornar de São Paulo em 1982, com 32 anos, ele estava doente ao retornar para Cana Brava e fez uma promessa à “Mãe Tamain” para se curar da úlcera no duodeno. No pedido, também pediu que o afastasse do vício de bebida alcoólica. O caso era grave e ele foi encaminhado para Recife. Desenganado pelos médicos, chegou

---

<sup>12</sup>O Conselho Indigenista Missionário CIMI é um organismo vinculado à CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) que, em sua atuação missionária, conferiu um novo sentido ao trabalho da Igreja Católica junto aos povos indígenas. Criado em 1972, no auge da Ditadura Civil-Militar, quando o Estado brasileiro adotava como centrais os grandes projetos de infraestrutura e assumia abertamente a integração dos povos indígenas à sociedade majoritária como perspectiva única, o CIMI procurou favorecer a articulação entre aldeias e povos, promovendo as grandes assembleias indígenas, onde se desenharam os primeiros contornos da luta pela garantia de todos os seus direitos, inclusive à diversidade cultural. CIMI-Conselho Indigenista Missionário. Disponível em: <https://cimi.org.br/o-cimi/>. Acesso em: jun. 2020.

a pesar 50 quilos. Mesmo com o prognóstico Xicão sobreviveu, ficou 36 dias internado e, não se esquecendo da promessa que fizera, firmou que a partir da cura iria trabalhar em prol dos parentes até a hora da morte (OLIVEIRA, 2014, p. 92).

Em 1987 Xicão começou a acompanhar e auxiliar as lideranças Xukuru do Ororubá – o Pajé Seu Zequinha, o Cacique Zé Pereira e outros mais idosos – na busca por recursos para os índios, como, por exemplo, ir até a FUNAI solicitar remédios, sementes e materiais agrícolas, entre outros. Com a participação de Xicão nas ações políticas, essas atividades deixaram de ser exclusivamente realizadas pelo Pajé e pelo Cacique, possibilitando ações de outros indígenas que se integraram ao processo. Desse modo, foram mobilizadas incursões por outros indígenas, que aprenderam quais caminhos recorrer no trato com entidades externas, ONG's, universidades, CIMI-NE, etc., a fim de angariarem algum tipo de melhoria para o povo indígena. Destaca-se que o contexto histórico do Brasil contribuiu para que as ações se efetivassem, pois ocorria a “abertura política” e os direitos de grupos antes não respeitados gradativamente foram sendo reconhecidos, proporcionando a formação de um terreno fértil para germinar ações cada vez mais efetivas pelos indígenas (OLIVEIRA, 2014, 94-95).

A nova configuração da organização sociopolítica Xukuru do Ororubá evidencia os indígenas como agentes da própria história, tendo em vista a notável capacidade de articulação política que formou alianças e permitiu a apropriação dos contextos nos quais buscavam conquistas para o povo indígena. Onde: “a percepção de uma política e de uma consciência histórica em que os índios são sujeitos e não apenas vítimas só é nova eventualmente para nós. Para os índios, ela parece ser costumeira” (CUNHA, 2012, p. 24).

Com o passar do tempo e por meio de sua habilidade argumentativa, Xicão liderou as viagens e discussões por direitos para os povos indígenas. O Pajé Seu Zequinha propôs o posto de Vice-Cacique para Xicão que até então nunca havia existido. O objetivo era deixá-lo mais próximo do Cacique, a liderança principal do grupo. A nomeação de Xicão para o posto de vice serviu para fortalecê-lo enquanto liderança alheia às determinações oficiais da FUNAI, já que a instituição reconhecia somente o cargo de Cacique. Portanto, esse novo estágio alcançado por Xicão tinha respaldo do Pajé, que, conforme diziam, em uma pajelança em 1970, foi apontado pelos encantados que Francisco de Assis Araújo seria uma liderança – ou seja, escolha da Mãe Natureza.

Outro motivo, justificando o posto de Vice-Cacique, era o cumprimento da promessa de Xicão em ajudar o povo em agradecimento à cura milagrosa por meio de “mãe Tamain”. A escolha de Xicão, e não outro índio xukuru, foi amparada no campo do político por suas habilidades e, no do simbólico, por ser uma vontade da Natureza e dos “Encantados” (OLIVEIRA, 2014, p. 95; SOUZA, 2019, pp. 66-67).

#### TEMPOS DE MUDANÇAS: A VIRADA DE 1988 DA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE À CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Em 1988 ocorreram mudanças mais efetivas nas estratégias políticas dos Xukuru do Ororubá, com mobilizações apoiadas pelo CIMI-NE aos indígenas para defenderem os direitos no momento do debate do texto Constituinte. O CIMI-NE iniciou uma atuação de base no Sítio Cana Brava, local em que os missionários informavam aos indígenas sobre os direitos a serem conquistados participando da Assembleia Constituinte em Brasília-DF. Eram realizadas reuniões com as participações do Cacique e do Vice-Cacique Xicão, com a presença de índios mais idosos e representantes de mais quatro sítios. Essas pessoas foram nomeadas pela FUNAI para distribuição de material e eram considerados “lideranças da FUNAI”. Com a motivação da Assembleia Constituinte na pauta das reuniões e as discussões sobre garantia de direitos, a maior demanda era a reconquista do território. Nesses encontros, os representantes do CIMI-NE enfatizavam para os indígenas as discussões sobre os processos de demarcação da terra e os direitos sobre a realização dos rituais historicamente proibidos (OLIVEIRA, 2014, p. 97; SILVA, 2007, p. 9; SOUZA, 2019, p. 67).

Atuavam pelo CIMI-NE um casal de missionários, moradores na área urbana de Pesqueira, com o objetivo de acompanhar com mais proximidade os Xukuru do Ororubá. A casa dos missionários, em certos momentos, foi utilizada como local para as reuniões com os indígenas. O momento era oportuno porque os índios desciam a Serra do Ororubá para comercializar na cidade os produtos cultivados.

No entanto, os missionários do CIMI-NE, convivendo diariamente com os indígenas, provocaram significativas mudanças na organização política, contribuindo com informações sobre direitos e com apoio logístico para a viagem à Brasília, de forma que pudessem participar dos debates da Assembleia Constituinte. Também nessa

ocasião se reuniram com outros povos na região Nordeste, trocando experiências (FIALHO, 1992, pp. 62-63; OLIVEIRA, 2014, pp. 97-98).

Com o CIMI-NE auxiliando os Xukuru do Ororubá na reivindicação por direitos e na atuação direta junto com o Cacique, ampliaram-se as responsabilidades e, na época, foram abruptas as alterações. Nesse contexto de mobilizações, o papel desempenhado pelo Cacique foi modificado profundamente, porque exigia não só mais disponibilidade para outras atividades além de distribuição de produtos aos indígenas, como também mudanças de posicionamentos com a FUNAI em relação ao território e a valorização da identidade étnica dos Xukuru do Ororubá.

O Cacique Zé Pereira foi pressionado diante das situações:

Pela posição de Cacique, Zé Pereira era chamado a passar de agente passivo, responsável pela mediação entre Funai e índios, a agente ativo na busca por recursos e embate político com essa mesma instância, a fim da conquista da terra e consequente melhoria social para o grupo. Estava sendo criada uma nova forma de ação política no povo, e havia a necessidade de alguém para leva-la adiante, personifica-la. Devemos, no entanto, lembrar que a liderança “oficial” maior do grupo, Zé Pereira, havia sido forjado dentro de uma prática paternalista de sujeição mantida pelo órgão indigenista governamental, que já vinha se arrastando desde a década de 1950 [...] seria difícil esperar uma mudança de comportamento tão ampla que estava sendo esperado (OLIVEIRA, 2014, p. 99).

Com as mudanças da atuação do Cacique, gerou-se a necessidade de adequação para as novas demandas dos direitos discutidos. Destacando-se de modo mais relevante o Vice-Cacique Xicão, uma nova liderança estava se formando; isto, portanto, tornou-se fundamental para a organização sociopolítica dos Xukuru do Ororubá, com o apoio ainda maior do CIMI-NE.

Os missionários, por meio de reuniões, expuseram os “caminhos” a serem trilhados para reivindicação e conquista de direitos na retomada do território e na afirmação da identidade étnica, apresentando relatos das experiências de outros movimentos sociais e, também, apoiando-os a participar na Assembleia Constituinte. Assim, o CIMI-NE contribuiu com a organização dos indígenas com a apresentação de conteúdos necessários para que a liderança pudesse se preparar para as novas funções e ações.

Ao que diz respeito ao movimento indígena, surgiu na década de 1970 para fortalecer ações conjuntas na angariação de direitos comuns. No fim da década de 1970



multiplicaram-se as Organizações Não Governamentais ONG de apoio aos indígenas, e, no início da década de 1980, organizou-se pela primeira vez um movimento indígena de amplitude nacional, sobretudo para a garantia dos direitos aprovados na Constituição de 1988 (CUNHA, 2012, p. 22; BICALHO, 2010). Ou seja: existiu e existe um protagonismo nas ações dos indígenas na perspectiva dos interesses pelos quais estavam mobilizados.

Entretanto, nos anos de 1988 e 1989, nas ações realizadas no povo Xukuru do Ororubá, o Cacique Zé Pereira exercia um papel secundário diante da atuação do Vice-Cacique Xicão. Não somente nas reuniões como, também, no Conselho Indigenista Missionário e nas entrevistas para jornais. Assim, as matérias jornalísticas começavam a destacar com frequência a atuação de Xicão, sobretudo após a aprovação da Constituição de 1988 quando os Xukuru do Ororubá pressionaram ainda mais a FUNAI para o processo de demarcação do território (OLIVEIRA, 2014, pp. 100-101).

Em entrevista do Vice-Cacique para o *Jornal do Comércio* no Recife, em outubro de 1988, ele questionou a implementação de um projeto agropecuário no território dos Xukuru. Por sua fala, evidencia-se o protagonismo de Xicão como representante Xukuru do Ororubá:

O projeto da Agropecuária Ipojuca S/A, recentemente aprovado pelo Conselho Deliberativo da Sudene, é apenas mais um projeto na região que, no entender dos índios, virá a dificultar ainda mais a sobrevivência das aldeias locais. Segundo o vice-cacique Xucurus Francisco de Assis de Araújo, o Chicão, o crescimento da pecuária na região tem causado uma grande escassez de alimentos na região. Sem terras, os índios são obrigados a cultivar as áreas dos fazendeiros, onde só é permitido o plantio e cultivo de milho e feijão. Segundo Chicão, para cada hectare plantado, o trabalhador fornece três sacas de milho ao “patrão”. Por outro lado, não é permitido o cultivo de bananas, mandioca, café ou qualquer outra cultura de maior duração, pois o fazendeiro não permite, uma vez que a terra só deve ser utilizada para o plantio de capim e culturas que possibilitem forrageiras para ração animal.<sup>13</sup>

Tendo em vista as suas habilidades, Xicão foi o escolhido pelos indígenas para falar com a imprensa após participar de cursos promovidos pelo CIMI-NE. Esses cursos eram para capacitação de lideranças e reuniu também lideranças de outros povos indígenas em Pernambuco. Nessas reuniões, foram realizados debates sobre textos da recém Constituição Federal promulgada, discutidos por membros do CIMI-NE para

---

<sup>13</sup>**Projeto Agropecuário é ameaça.** *Jornal do Comércio*, Recife, 22 de outubro de 1988. Não foi possível identificar a página do referido do jornal.

assessoria no campo jurídico acerca dos direitos indígenas e da importância do território para os Xukuru do Ororubá (OLIVEIRA, 2014, p. 101).

A Constituição Federal aprovada em 1988, reconhecida como a mais progressista na história do país, tem, entre os maiores destaques, a supressão do termo “assimilados” no texto legal e o reconhecimento aos direitos originários dos povos indígenas, sobretudo o direito à posse da terra, aceitando-os, definitivamente, como primeiros senhores da terra (COLLET, PALADINO, RUSSO, 2014, p. 32; CUNHA, 1992, p. 17).

A ação dos indígenas mobilizados por direitos ocorreu durante todo o processo da Assembleia Nacional Constituinte. Os índios ocuparam Brasília e o plenário legislativo no Congresso Nacional, articularam alianças, realizaram diversas manifestações públicas e buscaram apoios para seus interesses. Assim, na última semana antes da votação final do texto da Carta Magna, os indígenas organizaram em fileira um corredor onde era o acesso ao plenário, abordando e questionando cada constituinte que passava por eles.

Ademais, os índios se empenharam em dominar a proposta de direitos que defendiam e em conhecer as propostas contrárias. Para viabilizar a participação indígena nesta fase decisiva do processo constituinte, a ação do Conselho Indigenista Missionário garantiu para os indígenas em Brasília estadia, alimentação e transporte. E quase que diariamente, ao final do dia, os indígenas se reuniam com os assessores do CIMI para avaliar a situação e os resultados obtidos em cada dia de mobilização, e planejavam estratégias para as ações do dia seguinte, continuando assim as reivindicações (ALBUQUERQUE, 2010, p. 7).

No processo constituinte, os Xukuru do Ororubá se destacaram e obtiveram certa notoriedade, com participação direta nas discussões da Constituição brasileira aprovada em 1988. Na ocasião, lideranças de todo o Brasil reuniram-se em Brasília para discutir e negociar os Artigos, garantindo os direitos indígenas, e o Vice-Cacique teve ampla visibilidade porque liderou as ações entre vários povos indígenas. Quando a maioria das lideranças experientes nas mobilizações foram impedidas de ter acesso, Xicão conseguiu adentrar o Congresso Nacional para discutir os artigos da nova Constituição que estava sendo elaborada (OLIVEIRA, 2014, p. 101).

Na ocasião da Assembleia Nacional Constituinte, em entrevista ao Centro Cultural Luiz Freire CCLF, relatou Xicão:

Lá em Brasília de cara as outras lideranças botaram eu pra ser o da frente, para abrir as portas do Congresso Nacional nos trabalhos Constituintes. Eu logo de cara topei essa barra pesada. Não conhecia Brasília, não conhecia o Congresso Nacional, não conhecia a Funai, mas os caras perceberam [as lideranças mais antigas] assim uma... [capacidade de ação naquele momento]. Aí comecei a enfrentar o debate com Marcos Maciel, Sandra Cavalcanti do Rio de Janeiro. (Xicão – CCLF, 1997, *apud* OLIVEIRA, 2014, p. 101).

O resultado geral da mobilização dos índios na Assembleia Nacional Constituinte foi decisivo para conquista de direitos; garantiram uma legislação favorável à demarcação do território, principalmente na região Nordeste, que estava ameaçada pelo artigo 271 do projeto da Constituição. O referido artigo expressava: “os direitos previstos não se aplicavam aos índios com elevado estágio de ‘aculturação’, que mantinham uma convivência constante com a sociedade nacional e não habitem terras indígenas” (CEDI, 1991, p. 27).

Assim, ocorreu uma ruptura com a perspectiva integracionista, muito presente e discutida por teóricos dos anos 1950 até final dos anos 1980. Outro fator fundamental para a construção de uma nova mentalidade sobre os povos indígenas, na medida em que as constituições brasileiras, até aquele momento, nunca foram representativas aos anseios dos povos indígenas. E sobre os índios diretamente, o paradigma científico de “assimilado” atribuído aos povos indígenas, remetendo à ideia do índio como incapaz e uma identidade em permanente desintegração, caiu por terra – estava fundamentada em uma crença na identidade indígena como fixa.

Em razão do apoio aos povos indígenas, durante os processos da Assembleia Nacional Constituinte, o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) enfrentou uma série de difamações pela imprensa, inclusive respondendo a uma Comissão Parlamentar do Inquérito (CPI). As acusações ocorreram porque as mobilizações indígenas e o reconhecimento de direitos na Constituição Federal são empecilhos à expansão capitalista, e o CIMI possibilitou aos indígenas a contraposição a essas forças “desenvolvimentistas”, motivo pelo qual o conselho foi perseguido. Assim, para “ter a presença indígena como entrave para o desenvolvimento brasileiro é uma percepção antiga e justificou a política integracionista até a década de 1980” (FIALHO, 2011, p. 161).

As mobilizações indígenas no período da Constituinte alcançaram êxitos, como observou Saulo Feitosa, um dos membros do CIMI regional Nordeste, afirmando que a participação dos índios foi uma ação decisiva para que a Constituição aprovada em 1988 contemplasse os direitos aos povos indígenas (OLIVEIRA, 2014, p. 102).

Portanto, com a nova Constituição promulgada, o saldo foi positivo, reconhecendo direitos como:

a) o abandono das políticas integracionista e paternalista através do fim da tutela, garantindo aos índios, suas comunidades e organizações a defesa de seus interesses em juízo, com o acompanhamento do Ministério Público; b) a autenticação do direito à língua materna indígena, com uma educação diferenciada; c) a supressão do princípio assimilacionista, herdeiro de uma política de dominação colonial; d) o reconhecimento dos direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam; e) a vinculação da exploração mineral à autorização do Congresso Nacional; e f) a nulidade de atos que tenham como objeto o domínio e posse das terras indígenas (DUARTE, 2017, p. 111).

Para os Xukuru do Ororubá, o contexto pós-promulgação da Carta Magna de 1988 foi importante para pensar as relações entre os povos indígenas e os territórios, consagrando o reconhecimento sobre os povos indígenas enquanto coletividade socioculturalmente distintas entre si, em crescente notoriedade nos meios de comunicação – representando, assim, um meio de pressionar o reconhecimento dos direitos as terras.

Em 1988, uma situação contribuiu decisivamente para um novo rumo nas mobilizações dos Xukuru do Ororubá e, de certa forma, foi o estopim para ações mais enérgicas por parte dos indígenas: a aprovação Projeto Agropecuário do Ipojuca, pelo Conselho Deliberativo da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) em setembro de 1988. O projeto permitia a ocupação e uso de dois mil hectares da área habitada pelos indígenas. A aprovação do empreendimento provocou a mobilização dos Xukuru do Ororubá, que se lançaram na tentativa de impedir a implantação do projeto, tornando assim a demarcação do território prioritária e contando com o apoio jurídico do CIMI-NE nos processos de retomadas realizados pelos indígenas (FIALHO, 1992, p. 63-70; OLIVEIRA, 2014, p. 102).

No entanto, os Xukuru do Ororubá reivindicaram o processo fundiário de reconhecimento do território pela FUNAI meses antes. Juridicamente no território não

poderia ser instalado nenhum empreendimento. Pressionada pelos indígenas, a FUNAI recuou na autorização sobre o projeto. Houve uma reunião entre membros da FUNAI e os indígenas, registrada em um *Relatório de viagem*, elaborado por dois técnicos da 3ª Superintendência Executiva Regional SUER e datado de 04/11/1988. No documento, consta que os indígenas estavam na área Cana Brava com as indumentárias de palha, cacetes em mãos e em posse do livro da Constituição Federal de 1988. Eles mostraram aos técnicos os artigos que amparavam seus direitos, sobretudo o de demarcação do território. Outro aspecto de relevância, registrado no mesmo documento, foi o Vice-Cacique Xicão confirmando o apoio do CIMI-NE em várias frentes para recuperação das terras indígenas (FIALHO, 1992, p. 66-67).

Diante dessa situação, bastante complexa, em fevereiro de 1989, surgiu um novo conflito. Relataram as ações arbitrárias do delegado municipal de Pesqueira, José Petrônio Góis, conhecido como “Jesus”, que prendeu arbitrariamente o índio Edilson Leite, torturando-o a pedido do fazendeiro Eudin Bezerra. E não bastando o mando pela tortura, o fazendeiro proibiu os indígenas de realizarem o Toré, pois alegava que o ritual era uma preparação para a invasão de “sua propriedade”. O fazendeiro estava disputando as terras com os indígenas, provocando um clima de elevada tensão na região (FIALHO, 1992, p. 69).

As violências ocorridas foram noticiadas no *Jornal do Comércio*:

Os índios Xukurus da Serra do Ororubá, em Pesqueira, denunciaram ontem, na Secretaria de Segurança de Pernambuco, que o delegado Petrônio Góes – conhecido como Jesus – está prendendo arbitrariamente, torturando e ameaçando de morte todos os integrantes da sua tribo. O 1º Cacique, José Pereira Araújo, e o 2º, Francisco Xukuru, disseram também que os policiais agem em comum acordo com os fazendeiros da região, a fim de tomarem as terras indígenas. Os índios pediram ao secretário de Segurança, Severino Almeida Filho, a demissão do delegado de Pesqueira.<sup>14</sup>

Nesse contexto de conflitos, os indígenas se mobilizaram em torno de um fim comum. O sociólogo George Simmel (1983) chamou de “natureza sociológica do conflito” quando, para um grupo, as principais estratégias necessárias para a resolução

---

<sup>14</sup> Os silvícolas da Serra de Ororubá, em Pesqueira, disseram ao secretário Almeida Filho que o delegado, conhecido como “Jesus”, está agindo de acordo com os fazendeiros. *Jornal do Comércio*, Recife, 02 de fevereiro de 1989. Não foi possível a identificação da página do referido jornal.

de conflitos em oposição a um inimigo comum exterior resultam no surgimento de uma organização com base na centralização e unificação de forças internas ao grupo, direcionando todas as forças para o combate. E, para se atingir esse fim, é necessário o estabelecimento de uma organização diretiva do grupo, concentrando as forças, com o objetivo de desenvolver estratégias com rigorosa eficiência, guiada por uma autoridade centralizadora e tendo as estratégias traçadas a partir do núcleo para o enfrentamento do inimigo.

Assim, nesse ambiente de conflito, a figura de Xicão se moldou como epicentro da organização Xukuru do Ororubá. Com os embates aumentando a intensidade, de forma simultânea, foram acentuadas as mobilizações pela garantia dos direitos indígenas, com os embates jurídicos e administrativos sendo travados para garantia do território. E, nesse contexto, crescia o prestígio do Vice-Cacique Xicão, Francisco de Assis Araújo.

Em 1989, um cenário complexo de alianças políticas e conflitos marcou a mudança de Cacique nos Xukuru do Ororubá. Valores relacionados ao místico, como a pajelança que “revelou” quem um dia seria o Cacique, a cura da doença e a promessa a Mãe Tamain eram informações bem conhecidas ao longo dos anos entre os indígenas. Estas mesmas histórias foram essenciais para a escolha de Francisco de Assis Araújo como líder do seu povo (OLIVEIRA, 2014, p. 103).

Em maio daquele mesmo ano, índios que apoiavam Xicão organizaram uma reunião no Sítio Brejinho para a escolha de um novo Cacique, decidindo pela saída do até então Cacique Zé Pereira. Os indígenas que optaram pela mudança se reuniram e foram até a cidade de Garanhuns na administração da FUNAI solicitar a oficialização de Xicão como Cacique Xukuru do Ororubá (OLIVEIRA, 2014).

O processo de substituição do Cacique Zé Pereira, na época em que a conjuntura política entre os Xukuru do Ororubá estava composta de dois grupos: um do Cacique que exerceu a função até o período citado, mas foi destituído do cargo por não assumir, enquanto líder, a reivindicação do território de modo vigoroso, e o segundo composto por uma comissão de índios apoiadores de Xicão, representantes das aldeias que foram até a Administração Regional na cidade de Garanhuns para oficializar a nova liderança (FIALHO, 1992, p. 70).



Figura 5. Foto do Cacique Xicão, 1998.

Arquivo pessoal de Zenilda Araújo Xukuru do Ororubá (OLIVEIRA, 2014, p. 208).

Quando Xicão assumiu oficialmente como líder Xukuru do Ororubá, a maior parte dos indígenas passou a apoiá-lo, assim como o Pajé, Seu Zequinha. Em contrapartida, o Cacique deposto Zé Pereira, sendo apoiado por um pequeno grupo de indivíduos de Cana Brava, passou a constituir uma oposição à liderança de Xicão, evidenciando mais uma crise com cisões internas em facções. Nessa perspectiva, do embate entre os grupos, para fortalecer a mobilização pelo território e pela identidade Xukuru do Ororubá, foi inserida a imagem personificada de compromisso com o povo, através da ideia do “cacique do povo”, em oposição ao “cacique da FUNAI”. Assim, Xicão seria a liderança escolhida pelos próprios indígenas e não pela FUNAI, firmando compromisso com os Xukuru do Ororubá e não com o órgão indigenista, ao contrário dos caciques anteriores (FIALHO, 1992, pp. 70-71; OLIVEIRA, 2014, p. 108).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A consagração de Xicão como Cacique em 1989 intensificou ainda mais as mobilizações no território indígena. Entre as ações, a primeira foi a unificação de todas as aldeias, muitas isoladas e sem qualquer informação sobre os novos direitos indígenas. Nesse período, foi constituído um Conselho de representantes das aldeias, composto por 24 indivíduos, convocados pelo Cacique e por outras lideranças, como o Pajé.

Nas reuniões, Xicão discutia questões relacionadas ao direito dos índios sobre a terra, realizando um trabalho de base, conhecendo aldeia por aldeia, os problemas e a situação de cada uma, criando um diálogo maior entre os Xukuru do Ororubá. As pessoas que participavam das reuniões foram conhecendo seus direitos. Destaca-se também a participação do CIMI-NE nesta época, acompanhando e auxiliando os debates sobre a nova Constituição. Nestas reuniões, o Cacique falava sobre os novos direitos e o que representavam na prática, a organização indígena, os problemas enfrentados e as conquistas a serem alcançadas.

Ao tratarmos das ações dos caciques anteriores a Xicão nesse tópico, observamos que no final dos anos de 1980 ocorreu a necessidade de se redefinir o papel do Cacique para se alterar as relações dos Xukuru do Ororubá com o Estado. Xicão supria a nova necessidade enquanto liderança, e o seu perfil enquanto Cacique atendia as necessidades daquele momento histórico, seja no fortalecimento da identidade étnica, reestabelecendo e fortalecendo laços sociais, como também articulando e mobilizando os Xukuru do Ororubá no processo de reconquista territorial com as retomadas.

O contexto das mobilizações dos Xukuru do Ororubá para retomada do território esteve relacionado a uma série de circunstâncias históricas, dentre as quais a rede de relações com o CIMI-NE, a participação no processo constituinte, a Constituição Federal de 1988, o impedimento da realização do Projeto Agropecuário Vale do Ipojuca e a nova liderança: o Cacique Xicão.

Somadas às perseguições do Delegado Jesus aos indígenas a mando dos fazendeiros, foram denunciadas à Procuradoria da República no Recife, em outubro de 1988, as tentativas de implantação do Projeto Agropecuário Vale do Ipojuca que a FUNAI tinha participação direta, por ser era o órgão que poderia legitimar por meio de liberação de documentos a regularização do projeto. Em face do contexto e da tensão suscitada, o órgão indigenista ainda era responsável pela não regularização oficial da área indígena.

A situação conflitante, entre os Xukuru do Ororubá e as dificuldades enfrentadas pressionou a FUNAI a tomar medidas para tentar solucionar o problema das terras para os indígenas, iniciando o processo demarcatório com o reconhecimento oficial do território.



## REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Manuel Coelho. Ser índio ou não ser: embates por direitos históricos e constitucionais. **Revista Historiar** -Universidade Estadual Vale do Acaraú, v.3. n. 3 (jul./dez. 2010). Sobral-CE: UVA, 2010. [www.uvanet.br/revistahistoriar].
- ARRUDA, Lucybeth Camargo de. Espacialidades concebidas e construídas: as fotografias dos postos indígenas do SPI em Mato Grosso. **Fronteiras & Debates**, v. 2, n. 1, jan./jun. Macapá, 2015.
- Disponível em: <https://periodicos.unifap.br/index.php/fronteiras> . Acesso: set. 2021.
- BEZERRA, Deisiane da Silva. **Com os índios: Padre Alfredo Dâmaso, os Fulni-ô e as mobilizações indígenas no Nordeste**. Maceió, AL: Editora Olyver, 2020.
- BICALHO, Poliene Soares dos Santos. **Protagonismo Indígena no Brasil: Movimento, Cidadania e Direitos (1970-2009)**. Universidade de Brasília. Brasília, 2010. (Tese em História).
- BRESSER-PEREIRA, L. C. **Os limites da “abertura” e a sociedade civil**. Rev. adm. empresa. 23 (4) p. 5-14. Rio de Janeiro, 1983.
- CEDI. **Centro Ecumênico de Documentação e Informação**. Povos indígenas do Brasil 1987/88/89/90. São Paulo: CEDI, 1991.
- COLLET, Célia; PALADINO, Mariana; RUSSO, Kelly. **Quebrando preconceitos: subsídios para o ensino das culturas e histórias dos povos indígenas**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria; Laced, 2014.
- CRUZ, Paulo Márcio. **Política, Poder, Ideologia & Estado Contemporâneo**. 2ª ed. Curitiba: Juruá, 2002.
- CUNHA, Manoela Carneiro. **Índios no Brasil: história, direitos e cidadania**. São Paulo, Claro Enigma, 2012.
- CUNHA, Manuela Carneiro. (Org.). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras/ SMC/FAPESP, 1992.
- DUARTE, Aimée Schneider. **Agenda oculta: a Constituinte de 1987-88 e seus fundamentos culturais**. Niterói/RJ, 2017 (Dissertação Mestrado em História UFF).
- FIALHO, Vânia Rocha de Paiva e Souza. **Tensões e dinâmicas territoriais: povos e comunidades tradicionais no contexto do desenvolvimento de Pernambuco**. Raízes (UFPB), v.31, nº1, p.151-163, 2011.
- FIALHO, Vânia. **As fronteiras do ser Xukuru: estratégias e conflitos de um grupo indígena no Nordeste**. Recife, UFPE, 1992 (Dissertação Mestrado em Antropologia).
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2006.
- HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (Orgs.). **A invenção das tradições**. 12. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2018.

- LUCIANO, Gersem dos Santos. **O índio brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.
- OLIVEIRA, Geisa Regina Barros de. **“Esse negócio de Tupã...”** – um estudo sobre a construção da figura indígena em A lenda dos cem de Gilvan Lemos. Recife: UFPE, 2000 (Dissertação Mestrado em Teoria da Literatura).
- OLIVEIRA, João Pacheco de; FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. **A presença indígena na formação do Brasil**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.
- OLIVEIRA, João Pacheco de (Org.). **A viagem de volta**: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste Indígena. 2. ed. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2004.
- OLIVEIRA, João Pacheco de. **Uma etnologia dos “índios misturados”?** Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social - PPGAS-Museu Nacional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ Área: Ciências Humanas. **Mana**, Volume: 4, Número: 1, Publicado: 1998.
- OLIVEIRA, Kelly. **Biografia Xicão Xukuru**. Rio de Janeiro, 2018. (Publicação no site: Os Brasis e suas memórias – projeto financiado pela CAPES). Disponível em: <https://osbrasisesuasmemorias.com.br/xicao-xukuru/>. Acesso: mai. 2020.
- OLIVEIRA, Kelly. **Guerreiros do Ororubá**: o processo de organização política e elaboração simbólica do povo indígena Xukuru. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2014.
- SILVA, Edson. **Xukuru**: memórias e história dos índios da Serra do Ororubá (Pesqueira/PE), 1950-1988. 2. ed. Recife, EDUFPE, 2017.
- SILVA, Edson. História, memórias e identidade entre os Xukuru do Ororubá. **Tellus** (Campo Grande), v. 7, p. 89-103, 2007.
- SILVA, Edson. **Biografia Povo Xukuru do Ororubá. Os Brasis e suas memórias**. Disponível em: <https://osbrasisesuasmemorias.com.br/povo-xukuru-do-ororuba/> / Acesso: 30 ago. 2021.
- SIMMEL, George. A natureza sociológica do conflito. In: MORAES F., Evaristo de (Org.). **George Simmel: sociologia**. São Paulo: Ática, 1983, p. 122-134.
- SOUZA, Edimilson Rodrigues de. **Na mata tem ciência e eu vou mandar chamar**: transformação do cacique Xicão Xukuru em mártir-encantado. Revista Calundu. v. 03, p. 58-79, 2019.
- WEBER, Max. Relações comunitárias étnicas. In: **Economia e Sociedade**: Fundamentos de Sociologia Compreensiva. 3ª ed. Brasília: UnB, 1991.
- WELLEN, Aloys I. **O regresso**: o difícil regresso à mãe natureza; o caso do povo Xukuru do Ororubá. João Pessoa: Manufatura Editora, 2002.

ENTREVISTAS PUBLICADAS EM OUTRAS FONTES

Durval Ferreira Farias, Bairro Xucurus, Pesqueira in SILVA, 2017, pp. 275-276.

Francisco de Assis Araújo, “Xicão” – CCLF, 1997, p. 73 in OLIVEIRA, 2014, p. 101.

Pedro Rodrigues Bispo, “Seu Zequinha”, Bairro Baixa Grande, Pesqueira/PE in SILVA, 2017, p. 282.

